

SEM PROTOCOLO

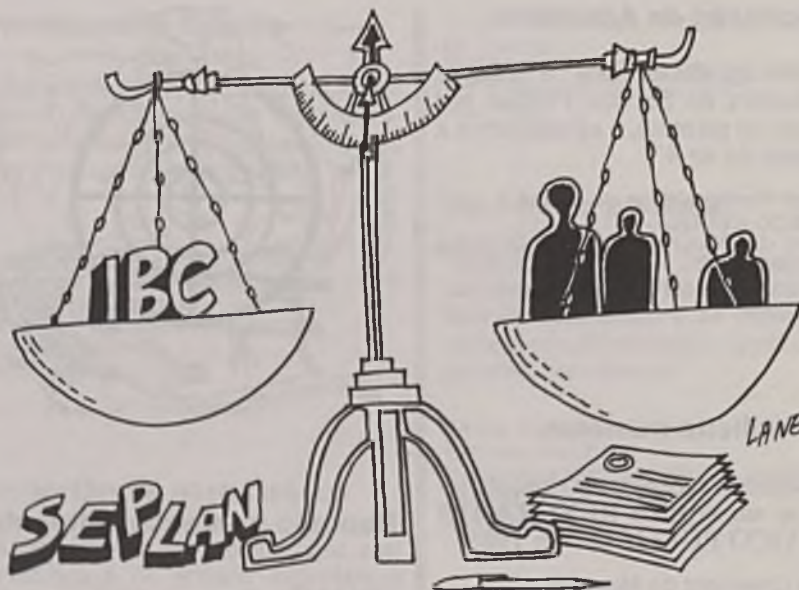
AS NOTÍCIAS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Ouvidor recebe novo estímulo

A Comissão Nacional de Defesa dos Direitos do Cidadão (CODICI), criada no Palácio do Planalto para servir de ponte entre a sociedade e o governo no atendimento de reclamações e denúncias, recebeu estímulo do Presidente da República para apurar irregularidades administrativas apontadas na recente importação de alimentos pelo governo federal. O presidente José Sarney referiu-se ao problema na sua fala semanal, "Conversa ao Pé do Rádio", estimulando o presidente do CODICI, Fernando César Mesquita, a ir até o fim na apuração das denúncias, através de comissão especial formada para este caso. Ao CODICI estão chegando diariamente dezenas de cartas e telegramas procedentes de todo o País apontando abusos administrativos, e a Comissão já passou a se valer de um sistema de computação para processar o encaminhamento das soluções, através da intermediação junto aos órgãos governamentais envolvidos.

INCRA vai ser mais operoso

Aprovada a proposta de descentralização do Incra, para promoção e agilização da reforma agrária no País, espera-se agora que passe a crescer o número de famílias assentadas em áreas desapropriadas pelo governo. O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, vem apontando vários impedimentos ao pleno desempenho dos planos da reforma agrária, mas agora já tem a descentralização do Incra. Como base, e o apoio dos governadores, principalmente os da região Centro-Oeste, que antes mesmo de suas posses mantiveram uma reunião coletiva com o ministro Dante de Oliveira para o apressamento dos atos da reforma



em suas regiões. Não há mais razão para a reforma agrária não andar.

Debate sobre a nova Seplan

Está tomando conta do meio político e econômico, e notadamente das áreas tecnocráticas do governo federal, o debate em torno do esvaziamento da SEPLAN, após a saída do Ministro João Sayad, que defendia para sua Secretaria o modelo tradicional de ministério de formulação de política econômica. Mas em reuniões de que o próprio Sayad participou, muitas das quais à noite, com a participação do Ministro Aluizio Alves, para a discussão do novo modelo administrativo do governo, foi consenso a transformação da SEPLAN numa agência mais voltada para o assessoramento direto ao Presidente da República, enquanto a condução da política econômica seria concentrada no Ministério da Fazenda, agindo, assim, como autêntico ministério da economia. Sayad não teve razão de divergir em público.

IBC resiste e não acabou

A alegada extinção do IBC, após todas as denúncias de irregularidades administrativas que sofreu, não foi confirmada. Seu novo presidente, competente diplomata trazido pelo governo federal de Londres – o embaixador Jório Dauster – onde representava o Brasil junto à Organização Internacional do Café, promete recuperar a imagem abalada do IBC, não só internamente, mas junto à comunidade cafeeira internacional. O Presidente da República pessoalmente, determinou a apuração rigorosa de todas as denúncias, enviando, ao ministro da Indústria e do Comércio, até mesmo recortes de artigos publicados na imprensa sobre o caso da importação de café de baixa qualidade da África (o articulista Octávio Thyrsó de Andrade, no "Jornal do Brasil" já abordou o suposto problema em mais de um artigo).

O IBC, todavia, na era Dauster, vai funcionar como instrumento de apoio ao Conselho Nacional de Política Cafeeira, recém-criado.

SEM PROTOCOLO

NA IMPRENSA

JORNAL DO BRASIL

Nova rodada da reforma

O jornalista Villas-Boas Corrêa publicou artigo, com este título, na seção "Opinião" do JORNAL DO BRASIL, sobre os rumos da reforma administrativa em 87. Pela importância do artigo, o transcrevemos na íntegra:

"Se os cálculos do ministro Aluizio Alves estiverem corretos, dentro de mais duas semanas o presidente José Sarney terá em mãos um calhamaço com nova e mais ambiciosa proposta de reforma administrativa.

A dimensão da ousadia reformista do Ministério da Administração não pode ser avaliada em antecipação precipitada. Mas, se o ministro volta a carga depois das frustrações anteriores, é porque reavaliou necessidades políticas e a urgência em assumir os compromissos mudancistas que se constituíram no mote principal de toda a campanha popular responsável pela reviravolta da qual resultou o Governo com Sarney na presidência e Aluizio no Ministério, com a vitória dura do governo do Rio Grande do Norte como lambuja.

Pois é por aí que deve começar o reexame de uma proposta de reforma interna do Governo. Pelo singelo reconhecimento de uma clara evidência, arquivada por conta do sucesso efêmero mas ruidoso e ofuscante do cruzado. A grande motivação que mobilizou o povo, arrastando-o às ruas nas fantásticas concentrações dos comícios das diretas, foi, sempre, a exigência das mudanças. Como o ansioso reverso de uma situação vexatória e insuportável que baixou sobre o país, como um nevoeiro de humilhação e vergonha, na agonia degradada do ciclo revolucionário. Mudar significou a reivindicação do oposto do que se estava suportando.

Mas, se o país exigiu mudança no sentido mais amplo e nem sempre preci-

so, uma prioridade parecia clara e exata. A mudar deveria começar pela casa, até por uma questão de coerência e legitimidade. Antes de se aventurar a mudança o restante, o Governo deveria principiar por examinar-se diante do espelho e reconhecer que necessita de plástica completa para esticar as pelancas e desfazer-se das enxúndias que o deformam e paralisam, transformando-o na caricatura do paquiderme preguiçoso, enfatiado e de uma notória, anedótica ridícula incompetência.

Portanto, a reforma administrativa teria que preceder as demais.

Mas, só as boas intenções não movem governo, não o retiram da clássica acomodação confortável do imobilismo. Não mexer em nada representa, afinal, não criar caso, não desagradar ninguém, não contrariar os políticos, não bulir na parentada paraibana do senador Humberto Lucena, distribuída por todas as mordomias ociosas das milhares de repartições inúteis.

O Governo anunciou mundos e fundos, foi perdendo o gás, baixando o facho e da reforma mesmo saiu apenas um ratinho, um camundongo que mudou de ratoeira, mas continua a roer seu pedaço de queijo oficial. Escapou, por exemplo, do BNH e continua a cuidar das suas ninhadas na Caixa Econômica Federal. Não piorou nem de instalações. O luxo dos vidros cinzentos é o mesmo, para evitar o incômodo de readaptação.

Durante 10 meses o Governo não precisou da reforma. Nem de mais nada. O sucesso do Cruzado foi tão retumbante que sustentou o Governo sozinho, com a popularidade do presidente José Sarney em ascensão progressiva e recordista.

Os tempos são outros. O Cruzado, malgrado o esforço para mantê-lo vivo, ficou irreconhecível. Perdeu a graça, o brilho, o viço, o encanto. Virou companhia indesejável para o PMDB, sigla ingrata que não convive com o impopular e cortou relações com os amigos da véspera que o ajudaram na eleição vitoriosa.

Agora, mais do que nunca, o Governo precisa atender aos compromissos de campanha. A todos, como a alternativa para recuperar a popularidade e, enfim, dar conta do seu recado, cunhar uma imagem permanente e não a ilusão de um esboço enganoso, que se desmanchou com a decepção das correções retardadas para atender exigências eleitorais.

É hora, portanto, da reforma administrativa. Ressuscitada em situação muito mais adversa. O instante conveniente e oportuno foi desperdiçado na euforia do êxito.

'Não será fácil retomar a reforma do Governo, resgatando-a praticamente da estaca zero, com a Constituinte funcionando, 23 governadores eleitos, sendo 22 do PMDB e um partido majoritário e com insaciável apetite empreguista.

As dificuldades gritantes não disfarçam a evidência de que a reforma administrativa é indispensável e não pode esperar. Dela necessita o Governo carente da popularidade que o legitima e sustenta. É também o país para reencontrar-se com a esperança.

Acima de tudo, pelo que ela poderia representar de lição, de exemplo didático a ser seguido e imitado. O presidente José Sarney costuma comentar com amigos que a Constituinte deveria começar a elaborar o texto da futura Constituição fixando para todos os governos - federal, estaduais e municipais - um teto do orçamento para as despesas com pessoal. Nenhuma nomeação, a qualquer título, seria tolerada até que a porcentagem constitucional fosse alcançada.

Prevenindo-se contra recaídas do PMDB no mal crônico e diante de sinais intranquilizadores, o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB, confirma que apresentará no Senado projeto de resolução proibindo nomeações a qualquer pretexto nos quadros da Casa por um ou dois anos. Espera que, na Câmara, o PMDB siga o exemplo. Aliás, justiça se faça, o presidente reeleito Ulysses Guimarães não manchou a sua gestão com o escândalo das nomeações. Pela Câmara não passou o trem da alegria do Senado.

Certamente que a reforma administrativa não pode se bastar com uma séria ofensiva contra o empreguismo. Ela terá que perseguir os objetivos da eficiência, da racionalidade. Como é óbvio.

Só que se o Governo quiser ser levado a sério, deve começar por casa, por cortar na própria carne. Ano que passou, foram extintos cerca de 50 mil empregos públicos federais. E nomeados milhares nos estados e municípios na enxurrada da campanha. Ora, tudo é governo. E quase tudo é PMDB. Ou PFL."

SEM PROTOCOLO

ESTADO DE SÃO PAULO

Editorial

“Razões do inchaço e da ineficiência da administração”

Que a administração pública brasileira, como um todo, a qualquer nível e desde longo tempo, seja das mais ineficientes, emperradas, infladas, desperdiçadoras, é algo notório demais para ser contestado. Entra governo, sai governo – e até se mudam os regimes políticos, – mas a gigantesca máquina burocrática do Estado, de reflexos paquidérmicos, cada vez mais dá mostras de sua pesadíssima estrutura – pesadíssima para os bolsos dos cidadãos contribuintes, é claro –, assim como de uma defasagem em relação a tudo quanto se refira aos princípios que regem o dinamismo da administração moderna. (...)

(...)“Considerando que a atuação melhor ou pior do Estado – e dos governos – depende, fundamentalmente, da eficiência de sua máquina administrativa, composta de um número imenso, nunca definível, de servidores, o tema da composição dos quadros do funcionalismo público, da dinâmica das nomeações, exonerações, contratações, despedimentos não pode deixar de ser considerado como dos mais relevantes por todos quantos se preocupem com a ineficiência visceral da administração pública brasileira, em todos os níveis. Esperemos que entre estes se incluam os senhores constituintes.”

CORREIO BRAZILIENSE

Artigo

“A imprevidência em Brasília”

Oswaldo Peralva

Uma das imputações mais graves a fazer aos últimos governos da Ca-



pital do País é a imprevidência. Não se trata de acusar por acusar. Não é o caso de pôr sempre em confronto a Nova com a Velha República, até porque o importante para a população, no presente, é o tempo futuro, não o passado. Interessa o passado sobre tudo com finalidades retificadoras, quando é preciso resgatar, digamos, sesmarias ilegalmente doadas aos amigos do Rei.

O que aconteceu, e é inadmissível em homens com responsabilidade na vida pública, foi uma incapacidade de enxergar além do horizonte, permitindo que os problemas se acumulassem como bombas de retardamento, com a tranquilidade de saber que não explodiriam no período de sua gestão. Rousseau fala de uma tribo cujo poder de previsão era inferior ao espaço de doze horas, pois de manhã um de seus membros ia ao primitivo mercado trocar uma pele por outro objeto, e ali voltava ao entardecer, na tentativa de recuperá-la, porque só então se dava conta de que ela era necessária para abrigá-lo à noite.

Essa imprevidência em Brasília parte de aspectos demográficos e envolve questões diversas, algumas delas com prenúncios catastróficos.

O bê-a-bá é de todos conhecido. Projetada para ter quinhentos mil habitantes na passagem do século, já tem mais de 1,7 milhão e pode chegar a mais de quatro milhões no ano 2.000. Claro que a economia regional e os serviços públicos foram incapazes de dar respostas ao enorme e inesperado volume de demandas. Medidas para enfrentar a nova realidade não foram adotadas em tempo e com a devida seriedade.

Só em 1975 é que se criou o Programa Especial da Região Geoeconômica, na tentativa de conter os fluxos migratórios, preservar o caráter político-administrativo e cultural de Brasília, ao mesmo tempo atenuando as pressões sobre seu sistema de serviços, mediante o fortalecimento dos núcleos urbanos periféricos e da infra-estrutura da região.

Esses bons propósitos não prosperaram. No ano seguinte, os investimentos federais nesse programa caíram verticalmente. Assim continuaram. Entre 1975 e 1982, as quedas foram de 79,18 por cento, em desenvolvimento urbano e social; 76,57 por cento em infra-estrutura física, e 77,28 por cento no apoio aos setores produtivos.

Resultado é que o abastecimento de água, por exemplo, já se torna insuficiente mesmo para a população atual, pois a capacidade hídrica é limitada, conforme assinalou o simpósio “Brasília: Concepção, Realidade, Destino”, convocado em outubro pelo GDF, com apoio na UnB e em dois Ministérios, e é ressaltado na Carta de Brasília. As recentes medidas anunciadas sobre a segunda etapa do sistema do Rio Descoberto terão efeito apenas paliativo, porquanto os estudos para a solução do problema, iniciados e abandonados anos atrás, só foram retomados e desenvolvidos pelo atual governo. E seus efeitos não podem ser imediatos. O assunto ficou imprevidentemente fora de pauta por anos a fio.

A moradia é outra consequência desastrosa da falta de um anteparo que poderia ser representado pelo desenvolvimento da Região Geoeconômica, e que hoje constitui um dos pontos em destaque no governo Aparecido, conforme ressaltado de recente ofício ao governador eleito de Goiás, senador Henrique Santillo. De outro lado, e dentro de sua compreensão, repetidamente enunciada, de que Brasília não se salva sozinha nem por si mesma, está pedindo ajuda do Ministério da Irrigação para que inclua em seus programas o assentamento de uma parte da população migrante do Distrito Federal.